

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**  
**CAMPUS VII - CODÓ**  
**CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS –**  
**HISTÓRIA**

**LEUDSON JORGE PRIVADO DINIZ**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA**  
***CAMINHO DO SABER* NA ZONA RURAL DE CODÓ - MA**

**CODÓ/MA**

**2022**

**LEUDSON JORGE PRIVADO DINIZ**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA  
CAMINHO DO SABER NA ZONA RURAL DE CODÓ - MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/História, pelo Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão–UFMA, Centro de Ciências de Codó.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Suly Rose Pereira Pinheiro

**CODÓ/MA**

**2022**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Diniz, Leudson Jorge Privado.

Os desafios da Educação do Campo na Escola Caminho do Saber na Zona Rural de Codó - MA / Leudson Jorge Privado  
Diniz. - 2023.

49 f.

Orientador(a): Suly Rose Pereira Pinheiro.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -  
História, Universidade Federal do Maranhão, Codó-MA, 2023.

1. Desafios. 2. Educação do Campo. 3. Políticas  
Públicas. I. Pinheiro, Suly Rose Pereira. II. Título.

**LEUDSON JORGE PRIVADO DINIZ**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CAMINHO DO SABER  
NA ZONA RURAL DE CODÓ - MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA,  
Campus VII, como requisito para obtenção do  
título de Licenciado em Ciências  
Humanas/História, pelo Curso de Licenciatura  
Interdisciplinar em Ciências Humanas/História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Suly Rose Pereira  
Pinheiro

**APROVADA EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Suly Rose Pereira Pinheiro (Orientadora)  
UFMA/CODÓ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Socorro Gonçalves da Costa (1º Examinador)  
UFMA/CODÓ

---

Prof<sup>ª</sup>. M<sup>a</sup>. Maria Raquel Barros Lima (2º Examinador)  
UFPI

A Deus pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

A meus pais que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade.

A meus mestres que me ensinaram a tecer enredos, construir conhecimento e aprendizado em minha vida acadêmica.

A minha família pela paciência, compreensão e apoio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada. A minha esposa e filho pela compreensão nos momentos de ausência e apoio incondicional nos momentos de estudo.

Aos meus amados pais Raimundo Nonato Diniz e Maria Delourdes Privado Diniz pela compreensão e apoio em todos os momentos.

Aos meus irmãos que sempre me apoiaram diretamente ou indiretamente na minha jornada acadêmica. Em especial aos meus tios Concita Diniz, José Maria Diniz e Fátima Diniz que sempre incentivaram meus estudos e transmitiram palavras e mensagens positivas no decorrer da minha vida acadêmica.

A minha orientadora, Dra. Suly Rose Pereira Pinheiro pelo apoio, paciência, dedicação e incentivo nos momentos difíceis.

Aos meus colegas de curso que estiveram ao meu lado nos momentos de aprendizagem. E a meus colegas de trabalho, Matheus, Eliane e Brendo. A escola visitada, Caminho do saber, que me recebeu com muito carinho e abriu suas portas para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos professores que fizeram parte desse momento. Aos professores que constitui o Curso de Licenciatura Interdisciplinar em ciências humanas – História da UFMA, Campus Codó, que contribuíram na construção do conhecimento para minha formação. Guardarei todos em meu coração e, sempre me lembrarei dos momentos marcantes de aprendizado. Enfim, todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram na construção deste trabalho.

Obrigado a todos!

*A educação exige os maiores cuidados, porque  
influi sobre toda a vida.*

*Sêneca*

## RESUMO

Nesta pesquisa, ficou evidenciado que os desafios da prática docente em uma escola do campo é um dos fatores que propicia para inúmeros problemas vivenciados no dia a dia dos docentes e discente. Organizamos esta pesquisa a partir da revisão de literatura com base em Arroyo (1999 e 2004), Caldart (2012), Cury (2014), Freire (2005 e 2006), e Jaccoud (2005) que tratam da temática em questão, bem como direitos humanos e educação do campo. Além de Saviani (2008). Realizamos um estudo qualitativo na Escola Caminho do Saber localizada na Zona Rural de Codó-MA, com aplicação de questionários e observações. O objetivo principal foi analisar os desafios enfrentados pelos professores, alunos e comunidade na *Escola Caminho do Saber*, localizada na zona rural da cidade de Codó - MA. Apresenta um breve histórico da educação do campo realizada no Brasil, suas bases legais disposto na Constituição Federal de 1988 e também baseado na Lei de Diretrizes de Base de 1996 e expõe os desafios da Educação do Campo. O estudo evidenciou o descaso do Estado brasileiro e dos grupos hegemônicos com a educação da população do campo, principalmente dos trabalhadores que ali vivem. Concluimos que nas escolas do campo docentes e discentes enfrentam muitos desafios, desde a adequação do calendário escolar até o transporte dos discentes. Porém, as possibilidades estão aí: uma escola com infraestrutura, merenda de qualidade, currículo, qualificação para professores, para que assim os discentes possam receber uma educação com qualidade.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Desafios; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

In this research, it was evidenced that the challenges of teaching practice in a field school is one of the factors that provides numerous problems experienced in the daily lives of teachers and students. We organized this research based on a literature review based on Arroyo (1999 and 2004), Caldart (2012), Cury (2014), Freire (2005 e 2006), Jaccoud (2005) and Saviani (2008), dealing with the theme in question, as well as human rights and field education. A qualitative study was conducted at the *Caminho do Saber* School, located in the Rural Area of Codó-MA, with the application of questionnaires and observations. The main objective was to analyze the challenges faced by teachers, students and community in the school of path of knowledge in the rural area of Codó - MA. It presents a brief history of field education carried out in Brazil, its legal bases established in the Federal Constitution of 1988 and also based on the Basic Guidelines Law of 1996 and exposes the challenges of Field Education. The study showed the inexperience of the Brazilian State and the hegemonic groups with the education of the rural population, especially of the workers who live there. It is concluded that in the schools of the field teachers and students face many challenges, from the adequacy of the school calendar to the transport of students. However, the possibilities are there: a school with infrastructure, quality snack, curriculum, qualification for teachers, so that students can receive a quality education.

**Keywords:** Field Education; Challenges; Public policy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1</b>	<b>Bases legais e a Constituição Federal de 1988: regulamentação da educação do campo</b> .....	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO</b> .....	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA <i>CAMINHO DO SABER</i> NA ZONA RURAL DE CODÓ - MA</b> .....	<b>30</b>
<b>5.1</b>	<b>Caracterização do local pesquisado</b> .....	<b>30</b>
<b>5.2</b>	<b>As dificuldades e potencialidades pela Escola <i>Campo Caminho do Saber</i></b> .....	<b>31</b>
<b>5.3</b>	<b>Caracterização dos sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>36</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>44</b>
	<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>48</b>
	<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação do campo é um tema muito discutido, no qual ainda estamos em construção de uma educação que acolha, reconheça, dê voz e protagonismo a população do campo e deve ser pensada de forma que atenda às necessidades específicas dos jovens que vivem no campo. Pensar uma Educação do Campo significa ouvir e entender a cultura, a dinâmica social e educativa dos diferentes grupos que formam o povo camponês. Arroyo, Caldart e Molina (2011), desafia-nos a construir condições educacionais que possam garantir o desenvolvimento de um modo de vida em que a família, a terra, o alimento, a comunidade, a escola, o movimento e o trabalho estejam acima de qualquer mercadoria.

Nesse contexto, o papel da escola é fundamental e, em decorrência, o protagonismo dos professores/ alunos que fazem parte do processo educativo. A discussão acerca da temática está ancorada nos pressupostos e ferramentas da pedagogia da alternância.

Essa pesquisa consiste em compreender os desafios da educação do campo para professores, alunos e comunidade, para isso se realizou uma pesquisa em uma Escola Campo no município de Codó – MA. Optou-se por utilizar o nome fictício *Escola Caminho do Saber* para nomear a instituição de ensino e assim preservar o anonimato do campo de pesquisa. Na oportunidade do levantamento de dados, o instrumento de pesquisa foi questionário, tendo como colaboradores os professores da escola em que se realizou o estudo. Destaca-se que os professores que colaboraram com a pesquisa não serão nomeados aqui para preservar sua identidade.

A escolha dos professores ocorreu por se entender que possuem uma história na comunidade escolar da localidade e por serem sujeitos que têm importância fundamental na construção de conhecimento.

A pesquisa de campo na *Escola Caminho do Saber* foi bastante importante para se conhecer um pouco da realidade das pessoas que vivem, moram e trabalham nas comunidades. Por meio das experiências e diálogos se percebe as demandas e perspectivas que os estudantes vivenciam no seu dia a dia e o seu percurso até a escola.

Esta pesquisa foi organizada a partir de Arroyo (1999 e 2004), Caldart (2012), Cury (2014), Freire (2005 e 2006), e Jaccoud (2005) que tratam de temas relacionados a direitos humanos e educação do campo. Além de Saviani (2005), estudioso no tocante a Educação Infantil que discute sobre a garantia do direito a criança a educação de qualidade.

A partir do exposto, esta pesquisa tem como tema: Os Desafios da Educação do Campo na *Escola Caminho do Saber*, localizada na Zona Rural do município de Codó – MA.

As questões que emergiram e nortearam esta pesquisa se referem às inquietações sobre: 1) o que a escola tem feito em relação as dificuldades enfrentadas pelos alunos e comunidade; 2) quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores na comunidade, devido ao acesso à escola e, 3) como a escola sobrevive sem políticas públicas, bem como as ações/estratégias adotadas pela escola para minimizar os impactos dessas dificuldades.

Os objetivos que nortearam a pesquisa foram: Geral e Específicos. O primeiro se destina a identificar os desafios da educação do campo na *Escola Caminho do Saber*, na Zona Rural de Codó-MA. O segundo tem como base identificar as dificuldades e os desafios enfrentados pelos docentes e discentes; buscar na base de dados interlocutores que discutem sobre a educação do campo; detectar as potencialidades da *Escola Caminho do Saber*, as oportunidades e desafios apontados pela comunidade escolar e analisar as contribuições e problemas presentes na escola.

Esta monografia está organizada em seis capítulos: a Introdução, em que é feita a caracterização geral do estudo; o segundo capítulo aborda o percurso metodológico adotado na pesquisa; no terceiro capítulo é feito um breve histórico da educação do campo no Brasil, suas bases legais e a Constituição Federal de 1988, mais precisamente, o que diz a lei sobre a educação do campo e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (9.394/96). O quarto capítulo aborda os desafios da educação no/do campo, as dificuldades e potencialidades vivenciadas pela escola do campo *Caminho do Saber*, as contribuições e os desafios existentes na escola. O quinto capítulo traz o resultado da pesquisa; os desafios da educação do campo na escola municipal *Caminho do Saber* em Codó-MA; a caracterização do local pesquisado; as dificuldades e potencialidades vivenciadas pela Escola Campo *Caminho do Saber*; a caracterização dos sujeitos, momento em que é dada a voz aos interlocutores da pesquisa. Em seguida, são feitas as considerações finais sobre o resultado da pesquisa.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico é um caminho a ser traçado para discorrer sobre um material analisado e questionado, para que possa ser utilizado como instrumento de atividades científicas. A metodologia de um trabalho científico é uma descrição pormenorizada dos percursos percorridos em uma investigação científica, ou seja, ela fornece orientações sobre procedimentos de coleta e análise dos dados.

Consequentemente, podemos dizer que a metodologia é essencial para guiar sua enquete, antes de começar a pesquisar e redigir o trabalho científico, é preciso defini-la, sendo esse um dos primeiros passos para o planejamento do trabalho, pois nortearão os processos a serem seguidos para alcançar os resultados almejados. Além de definir seus métodos de pesquisa e análise, permite que outro pesquisador entenda seu processo e seja capaz de replicar essa pesquisa.

O percurso metodológico adotados neste trabalho foi construído através da coleta de dados; a definição do objeto da pesquisa e os principais conceitos que foram adotados neste capítulo. Dialogando também com as perspectivas teóricas que nortearam as análises dos dados desta pesquisa.

Os lócus desta pesquisa tiveram como cenário uma escola na Zona Rural da cidade de Codó-MA. A priori foi realizada uma revisão bibliográfica, no intuito de buscar os fundamentos teóricos sobre o objeto de estudo, seguida da pesquisa qualitativa, por possibilitar ao pesquisador o contato direto com seu objeto de estudo e coletar alguns instrumentos que seriam analisados posteriormente, então foi realizada a pesquisa através de questionários para assim dá suporte na conclusão dos dados desta pesquisa. Usou-se a pesquisa qualitativa, pois ela permite adentrar na realidade das escolas rurais e nas relações que se estabelecem entre o corpo docente, o corpo discente e a comunidade escolar, para a discussão que se seguirá, logo após se apresentará alguns trechos de questionamentos realizados com os docentes da escola do campo. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Segundo Gil (1999, p. 128), “um questionário pode ser definido como um método enquete que consiste em mais ou menos perguntas feitas a pessoas por escrito para descobrir suas opiniões, crenças, sentimentos e interesses”, expectativas, situações vividas, dentre outros dados. Assim, em questões de natureza empírica, os questionários são um método útil para coletar informações da realidade tanto da empresa, instituição quanto do mercado que o cerca e são fundamentais para a construção do TCC.

Antes de mencionar qual técnica foi utilizada nesta pesquisa, observar-se-á o que ressalta Marconi e Lakatos (1999, p. 100):

Um memorando ou carta deve ser enviado junto com o questionário explicando a natureza da pesquisa pelo qual o receptor saiba a importância e necessidade de resposta, assim podendo despertar o interesse do destinatário em preencher o questionário e devolvê-lo em tempo hábil. (MARCONI E LAKATOS, 1999, p. 100)

Segundo Severino (2007, p. 125), “o questionário consiste em uma série de perguntas estruturadas de forma sistemática e destinadas a coletar informações escritas dos sujeitos examinados a fim de conhecer suas opiniões sobre os assuntos examinados”. A técnica utilizada para esta enquete foi o questionário aberto com os professores para verificar seus conhecimentos sobre o tema desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada no mês de julho de 2022. O primeiro momento consistiu na observação in loco do objeto de estudo, o segundo momento foi convidar os professores da *Escola Caminho do Saber* da Zona Rural de Codó, a responder os questionários.

Como procedimento se optou pela análise de dados que permitiu a descrição sistemática, objetiva e qualitativa do conteúdo presentes nas falas dos interlocutores.

Para o Instrumentos de coleta de dados e análise das falas dos interlocutores foi aplicado um questionário aberto a cinco docentes que atuam nos turnos matutino, vespertino e noturno da Escola Caminho do Saber localizada na Zona Rural de Codó-MA.

No questionário aplicado aos professores que foram convidados a participar da pesquisa sobre a Educação do campo, foram provocados a responder sobre os desafios da educação do campo e também com relação a concepção de educação do campo no ponto de vista geral.

Os dados foram coletados através de questionários contendo 5 questões, com respostas abertas, discursivas e de caráter subjetivo (pessoal), em que os participantes ficaram livres para expressar suas ideias, bem como seu embasamento teórico sobre a educação do campo.

Através desta pesquisa, procurou-se compreender o objeto deste estudo para uma melhor compreensão do ensino e aprendizagem na educação básica enquanto escola com dificuldade de acesso, bem como identificar os fatores sociais e culturais que afetam o processo de desenvolvimento da educação.

### 3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A expressão educação do campo é muito recente, o seu principal berço de origem é a luta pela terra, empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), associada à demanda por escola pública em cada novo acampamento ou assentamento de reforma agrária. O que aqui se chama de educação do campo foi cunhado em meados da década de 1990 e aparece pela primeira vez em documento oficial normativo somente no ano de 2008. O termo tem uma conotação político-pedagógica para se distinguir da educação rural até então reinante nas diretrizes educacionais e nos marcos legais reguladores da educação brasileira. A educação rural na história educacional brasileira até então foi concebida e operacionalizada genericamente, sendo desconsideradas características como diversidade, especificidade e complexidade dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. (CURY, 2014, p. 43).

Educação de qualidade no Brasil sempre foi privilégio de poucos, do Período Colonial, passando pelo Império e chegando à República, a educação tem sido elitizada e seu acesso negado a muitos. Pouco ou nenhum movimento foi criado entre o Período Colonial e os anos de 1930, cuja bandeira fosse a educação das camadas menos favorecidas da população brasileira.

No Período Colonial, por exemplo, o processo de escolarização ficou a cargo dos padres jesuítas e teve como principal objetivo difundir os padrões da civilização cristã. Segundo Mattos (2011), o ensino trabalhado pelos jesuítas era destinado às crianças e limitava-se à catequese e às prendas domésticas, afirmando que tal educação era “descontextualizada, desconsiderava a sociedade nascente, excluía mulheres, escravos, indígenas e a população livre de forma geral”, Soares (apud MATTOS, 2011, p. 26). É importante considerar que a educação dos povos nativos do Brasil pelos portugueses era seletiva, pois esteve a serviço de um projeto de aculturação e domesticação que tornava a primitiva colônia um negócio muito lucrativo economicamente. Essa educação introduzida pelos portugueses no Brasil, iniciou a cultura do mundo ocidental no país “por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (SAVIANI, 2008, p.26). Dessa forma, excluiu e ignorou todos os processos educativos que já existiam desses povos.

No tocante a educação rural, segundo Calanzans (1993, apud MATTOS 2011, p.27):

[...] o ensino regular nas áreas rurais teve seu surgimento no fim do 2º império e se expandiu mais amplamente na primeira metade do século XX. E, apesar de o país ser considerado um país de origem predominantemente agrária, os textos constitucionais

não faziam referência à educação rural até 1891. (CALANZANS, 1993, apud MATTOS 2011, p.27)

Foi com o aumento do processo de industrialização, aliado a outros fatores como o crescimento urbano, a modernização do país, a substituição da monocultura do açúcar pela do café e o fim do escravismo é que, ainda segundo Calanzans (1993), se introduziu de forma definitiva no cenário nacional a educação rural de forma mais sistemática no ordenamento jurídico brasileiro.

Todavia, para Mattos (2011) foi a partir do período pós-1970 que a educação rural passou a figurar entre as questões educacionais pautadas na agenda nacional, mais especificamente entre os defensores da ordem social. Nesse período, o país começava a sofrer com um aumento exorbitante no fluxo migratório das pessoas indo do campo para a cidade, tornando-se uma ameaça aos permanentes grupos dominantes.

Colocar a educação do campo em pauta se torna uma medida necessária para o governo, na tentativa desse fluxo migratório e elevar a produtividade no campo, a educação passa a ser o principal instrumento para fixação do homem no campo, dando início ao que se chama de Ruralismo Pedagógico. Iniciou-se a partir de movimentos que ocorreram na década de 1930, com o anseio de “renovar” a educação, denominando de “escola nova”, assim com um objetivo se pudesse aliar a “prática” e “experiência”, o educando iria ter a possibilidade de ser conduzido a mostrar o seu potencial. (MATTOS, 2011).

Sobre o Ruralismo Pedagógico, Souza afirma:

[...] prepara-se assim, pela educação, o reativo contra o êxodo histórico fixando o indivíduo, ensinando-lhe a arrancar da terra o seu sustento e a riqueza do nordeste futuro...escola que pressupõe a nossa breve prosperidade econômica, centro de uma terra “sedenta” pelo trabalho dos campos [...] (SOUZA, 1934, p.72)

O Ruralismo Pedagógico, ressalta o processo de escolarização promovido pelos governos com o intuito de conter o êxodo rural, decorrente a esse processo houve contribuições para que houvessem falhas visíveis ao analisarmos a composição demográfica do Brasil apresentada por Mattos (2011), que ao referir-se aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que em 1940 era de 71 milhões de habitantes, sendo que 70% da população residia na área rural e apenas 30% na área urbana. Em 1980, a população era de 121 milhões de habitantes, um número três vezes maior que em 1940 e destes 68% residiam nas áreas urbanas, uma verdadeira virada causada pelo processo desenfreado de urbanização, fazendo com que atualmente mais de 75% da população viva nas cidades (MATTOS, 2011).

Destarte a ideia das escolas do campo nasceu a partir de uma vontade coletiva em realizar a educação voltada para a realidade de pessoas das comunidades rurais, sendo essa uma difusão com grandes representantes do ensino rural no Brasil, tendo suas atividades em sua maioria ligadas ao campo, como também o ensino das primeiras letras e o ensino complementar, mostrando assim que de fato a Constituição Federal ressalta uma importância enquanto educação para todos, como direito fundamental.

Conforme a Constituição de 1988, no Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996, p.124).

Segundo Mattos (2011), “um direito público subjetivo, independente de os cidadãos residirem na área urbana ou rural”, a partir da Lei Nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Educação passa a ter uma definição mais ampla e abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB (1996). *Ressalta o destaque no Artigo 28:*

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996, p.10).

No entanto, no Brasil, pouco se fez para resolver o problema da falta de educação voltada para o povo do campo, sobretudo no que se refere a criação de políticas públicas efetivas, sendo necessárias as intervenções sociais, intervenções essas que são evidenciadas a partir de 1980 com as maciças manifestações dos movimentos sociais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, inicialmente, lutavam apenas pela formação

política de seus dirigentes e pela Reforma Agrária<sup>1</sup>, mas logo iniciaram a luta pela escola pública do campo, como confirma Souza (2006, p. 44) ao afirmar que “no início da década de 1980, trabalhadores e assessores vinculados ao MST deram origem as primeiras discussões/sistematizações sobre o que fazer com as crianças acampadas” e “como garantir escolas nos assentamentos que estavam surgindo”.

Conforme Bezerra 1998, as lutas por uma educação nasceram a partir da década de 1990, o MST e demais movimentos se consolidaram, mais especificamente no ano de 1997 com a realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), organizado pelo MST em parceria com outros movimentos defensores do povo do campo. Aqui, deu-se início a luta do MST e demais movimentos sociais por políticas públicas efetivas para o campo no que se refere à educação.

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária efetivou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Gabinete do Ministro que aprovou o Manual de Operações. No ano de 2001, o programa foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesse mesmo período, foi editada e aprovada a Portaria/Incra/nº 837 um novo Manual de Operações.

Um ano depois, 1998, realizaram-se a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia-GO. Nesta conferência, cujo o tema foi “Por uma Educação Básica do Campo”, deu-se início a uma reflexão em nível nacional sobre a educação do campo. Foi neste encontro que pela primeira vez se usou a expressão *Educação do Campo* e daí em diante a luta não parou mais.

Ao referir-se ao termo Educação do Campo:

A expressão ‘Educação do Campo’ aparece pela primeira vez em documento oficial normativo no ano de 2008, na Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril. Esse instrumento do Conselho Nacional de Educação, bem como, e principalmente, as ‘Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo’, instituídas em abril de 2002, incorpora proposições do “Movimento de Educação do Campo [...] (MUNARIM, 2010, p. 11).

O uso do termo Educação do Campo pelos movimentos sociais, bem como o desuso do termo Educação Rural ou Educação no Campo, explica-se pelo significado que ambos os termos

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra) considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

trazem consigo. O termo Educação Rural, muito utilizado nas décadas de 30 a 80 do século passado, trazem o campo como um local atrasado, sem nenhuma utilidade, a não ser a de produzir alimentos para o meio urbano, desconsidera os sujeitos que ali residem e sua capacidade de produção cultural. Aqui, o termo “rural” nos remete-nos ao arcaico, ao desatualizado e que está na contramão do progresso. Essa educação foi pensada pelos governos, uma educação oriunda do meio urbano para o rural.

Por sua vez, a Educação do Campo defendida pelos movimentos sociais traz um significado oposto aos da Educação Rural, pois a Educação do Campo é vista como um direito subjetivo, individualizado; traz o sentimento de pertencer das pessoas que vivem no campo e do campo, portanto, sujeitos pertencentes do mesmo; e o Campo, é um local de cultura e produção cultural, fonte de emprego e geração de renda, mas também de construção social, política e cultural e, por consequência, a educacional, idealizada pelos movimentos sociais e para os movimentos sociais, uma educação que sai do campo para o campo e posterior estudo das demais realidades.

Como enfatiza Munarim:

A Educação do Campo é negatividade – *denúncia/resistência*, luta contra. Basta de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja o seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância [...]. A educação do Campo é positividade – denúncia não é espera passiva, mas se combina com *práticas e propostas concretas* do que fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola [...]. [...] Conforme a compreensão desse movimento, diz-se “do campo”, porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Trata-se, portanto, de uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo, que combine pedagogias de maneira a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria. [...] (MUNARIM, 2010, p.12).

Essa educação do campo é sobretudo, uma educação diferenciada, que valoriza os sujeitos habitantes do campo, vendo-os como sujeitos produtores não só de alimentos, mas de cultura e conhecimentos. É nesse contexto de educação diferenciada, onde o homem do campo tem o direito de estudar sem ter que abandonar sua fonte de vida, a terra, seus animais, parênteses, amigos e ter acesso a um aprendizado científico sem ter que sair do seu lugar de origem. Uma educação de qualidade é possível de acontecer a partir da realidade existente do homem do campo. De acordo com a educação do campo esse projeto poderá ser uma realidade. Caldart, nesse sentido afirma que:

É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nós produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos no campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para ser os sujeitos destas transformações. (CALDART, 2002, p. 22).

De acordo com Caldart (2002), um projeto de educação deve levar em consideração a vida social dos sujeitos do campo como: suas angustias, expectativas, conflitos, regressos e progressos. Para implantação de uma educação do campo, primeiramente, deve existir políticas públicas voltadas para mudanças da situação da educação urbanista existentes nas escolas do campo. Todo cidadão tem direito e acesso a uma educação de qualidade, isso é garantido por lei, dessa forma, não é impossível uma educação do e no campo de qualidade e que seja adequada a realidade dos moradores do campo.

### **3.1 Bases legais e a Constituição Federal de 1988: regulamentação da educação do campo**

A Constituição Federal de 1988, foi fundamental para regulamentação da educação do campo na vida dos camponeses, pois através dela todos os cidadãos tiveram a educação como um direito fundamental estabelecido de forma que estes possam desenvolver suas habilidades e capacidades no meio social em que vivem, também possam exercer sua cidadania de forma satisfatória e, contudo, possam se estabelecer no mercado de trabalho com uma boa qualificação.

A educação é classificada como um direito fundamental social nos termos do Artigo 6.º da Constituição Federal (CF), regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, Artigos 205 a 214 da CF.

A interpretação de seu significado e alcance deve partir do pressuposto de sua profunda relação com outros direitos sociais, como saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e infância, assistência aos indigentes, bem como submeter-se ao regime constitucional da supremacia dos direitos humanos, classificado como cláusula inviolável e enquadrado no processo de aplicação e hierarquização dos tratados internacionais, nesse contexto, tem função assistencialista, ao garantir acesso ao ensino gratuito, qualifica-o como direito subjetivo revelando interface entre direitos e fundamentos sociais.

Como afirmam, (ROSATO; PRAXEDES, 2015, p. 37):

O processo histórico de construção da “Educação do campo” se viu legalmente refletido na promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito e o respeito as singularidades culturais e regionais, dispondo como objetivo fundamental do país (entre outros), “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, IV).

No entanto os processos históricos relacionado a Educação do Campo, é dever legal do Estado garantir que os moradores da zona rural tenham direito a uma educação de qualidade e que possa contribuir com o crescimento intelectual e profissional desses cidadãos, mantendo o foco nos seus costumes e sua realidade.

Esse processo, segundo Freire (2005) é a busca pela humanização dos sujeitos, destes que estão imersos na exploração, na injustiça e na opressão.

Porém, com o avanço crescente do capitalismo, onde a concentração da propriedade e da renda, aliadas à aglomeração urbana, o desemprego e a intensificação da violência são visíveis, torna-se urgente lutar por um novo projeto de desenvolvimento.

Desta forma, cabe refletir:

A educação problematizada, que não é reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos - como “projetos” -, como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro (FREIRE, 2005, p.84).

Já para Damasceno e Beserra (2004), a Constituição Federal de 1988 é definida da seguinte forma:

Uma das novidades dos últimos anos é iniciativa do Estado (nos âmbitos federal, estadual e municipal) e visar atender à Constituição de 1988, que determina a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças. Compete, portanto, à união, estados e municípios proporcionar meios de acessos à educação, garantindo, inclusive, o transporte dos alunos no ensino fundamental. Isso significa que o poder público precisa garantir a igualdade de condições para acesso e permanência dos alunos na escola independente no local onde residam. (DAMASCENO; BESERRA, 2004, p.82).

De fato, a Constituição Federal de 1988 lançou as bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, “alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios”. (JACCOUD e CARDOSO JR, 2005, p. 182)

Isso demonstra que a Constituição possibilitou o tratamento da educação do campo com o direito a igualdade e do respeito, e que ela é bem taxativa no quesito, os poderes tem obrigação de proporcionar e garantir meios de acessos à educação a todos alunos, independentemente de onde residam, na zona urbana ou na zona rural.

A Lei de Diretrizes de Base é a Lei máxima que regulamenta a educação no país, através dela define-se os parâmetros do ordenamento geral da educação brasileira, tendo como um dos principais princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, princípio esse derivado da Constituição Federal de 1988, em que todo e qualquer cidadão tem o direito e acesso à educação, independentemente de sexo, cor, etnia, idade, condição física, etc.

A Lei de Diretrizes de Base foi um marco e um avanço com relação à educação do campo, porque delineou as principais ideias que determinam esse tipo de educação, onde legalmente determina como deve ser a metodologia, o currículo, a organização das escolas situadas no campo e também resolve questões que abrange o calendário escolar do meio urbano, que diverge com o calendário das escolas do campo como: situações climáticas e fases do ciclo agrícola.

O Artigo 28 da Lei de Diretrizes de Bases da Educação de 1996 determina que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996, p.10).

A LDB (9.394/96), Art. 26-A, foi sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, como também pelo Ministro da Educação Paulo Renato Souza, tendo em vista que, foi uma inovação comparada em relação a situação das escolas do campo, pois essa nova Lei veio a reconhecer a diversidade sócio cultural e o direito à igualdade dos sujeitos e moradores da zona rural, aonde eles podem adquirir uma educação do campo de acordo com seus conhecimentos, costumes e tradições.

De acordo com essa nova legislação, passou-se a exigir essa educação diferenciada, para o fortalecimento de uma nova comunidade em formação. Através dessa inovação será

necessária uma mudança que exigirá novos desafios nas práticas educacionais que devam atender as necessidades e interesses da população do campo, visando a essa população uma formação educacional com qualidade, conteúdos e metodologias que estejam apropriadas de acordo com suas diferenças regionais.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, na qual se preocupou estabelecer direitos fundamentais à sociedade, como direitos trabalhistas, trouxe também debates quanto ao sistema educacional, surgindo após 8 anos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A lei encarregou-se de grandes e importantes mudanças para atualizar o sistema de educação no Brasil. São algumas inovações trazidas por elas e suas alterações posteriores mostra as mudanças que foram necessárias para que o sistema pudesse ser atualizado. Em consonância com a LDB, veio a Resolução CNE/CEB nº. 1, de 3 de abril de 2002 que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

Segundo Santos:

Como podemos perceber, a história da educação no campo foi profundamente marcada pelo abandono e descaminhos do poder público. Iniciativas sociais, sindicatos e movimentos populares estão em desacordo com essa situação. Isso tem resultado em inúmeras repercussões educacionais na realidade e nos interesses dos moradores do campo. São iniciativas que protegem o meio rural como espaço de diversidade e caráter cultural. E não apenas a transferência do que se desenvolve no meio urbano. (SANTOS, 2001, p. 6)

De acordo com Brasil (2002), a orientação estabelecida por essas diretrizes, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nessa mesma linha, o presente Parecer, provocado pelo Artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo, ressaltando também sobre a educação básica rural quando o então presidente da câmara do Ensino Básico Francisco Aparecido Cordão, admitindo o próprio modo de vida social e a utilização do espaço rural como fundamentais, na sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e a sua integração cívica na definição das orientações da sociedade brasileira, e considerando o disposto na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovam o plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE / CEB nº 36/2001, ratificado pelo Ministro de Estado da educação em 12 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Esta resolução estabelece as Diretrizes Operacionais da educação Básica nas escolas do campo a serem assistidas nos projetos das instituições que compõem os diferentes sistemas de ensino.

Art. 2º Estas diretrizes, baseadas na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às diretrizes nacionais sobre programas de educação inicial, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, educação especial, ensino, Formação Profissional Tecnológica e Formação de Professores Intermédios na modalidade normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo define-se pela sua ligação com as questões inerentes à sua realidade, ancorada na temporalidade e no conhecimento próprio dos alunos na memória coletiva que aponta para o futuro, no quadro científico e tecnológico disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que aliem as soluções demandadas por esses problemas com a qualidade social da vida coletiva no país

Art. 3º O Governo considerando até que ponto a educação escolar é importante para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país, cujo paradigma é a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção no meio urbano ou rural, deve garantir o acesso universal da população rural à educação básica e à qualificação profissional de nível técnico. Ilustração.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo expressão do trabalho comum de todos os setores envolvidos na generalização de uma educação escolar de qualidade social, constituirá um espaço público de enquete e articulação de experiências e estudos destinados ao mundo do trabalho, bem como em termos de desenvolvimento social, economicamente equitativo e ecologicamente sustentável. Ilustração.

Art. 5º. As propostas pedagógicas das escolas do campo respeitando as diferenças e o direito à igualdade e respeitando imediata e integralmente o disposto nos artigos 23, 26 e 28 da lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, cultural, político, econômico, de gênero, geracional e étnico. Parágrafo único. De acordo com o disposto neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo elaboradas no âmbito da autonomia desses estabelecimentos, serão elaboradas e consideradas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais da educação Básica e da educação de Nível Profissional Técnico. (BRASIL, 2002, p.22).

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, Parecer nº 36/2001, ressalta sobre o sistema educacional no ponto de vista da lei. Assim em 2001, fruto da luta dos movimentos sociais do campo, institui-se às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e mais no Art. 2º, Parágrafo único diz que:

A identidade de uma escola do campo é definida pela própria temporalidade e conhecimento do aluno pela memória coletiva que aponta para o futuro, pelos problemas inerentes a essa realidade e pelas conexões com as redes científicas e tecnológicos existentes na sociedade e nos movimentos sociais. Defendemos projetos que articulam as soluções que esses problemas exigem com a qualidade social da vida comunitária no país. (BRASIL, 2002, p. 21).

Diferentes sistemas educativos com frequência escolar do ponto de vista da lei, implica política de respeito pelas diferenças e igualdade, abordando a qualidade da educação escolar do ponto de vista da inclusão. Do mesmo jeito, este parecer, suscitado pelo Artigo 28 do CBA, propõe medidas de adaptação das escolas à vida rural.

A educação do campo tratada como educação do campo na legislação brasileira, tem um significado que integra os espaços da mata, da pecuária, da mineração e da agricultura, mas vai além ao abranger a pesca, caiçaras, áreas ribeirinhas e extrativistas.

O campo nesse sentido, mais que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamiza a conexão do ser humano com a própria produção das condições de existência social e com as conquistas da sociedade humana. Assim focalizado, o entendimento do campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura posição que CNE / CEB COMPORTAR-SE 36/2001 - sancionado Despacho do Ministro de 12/ 03/2002, publicada no diário Oficial da associação em 13/03/2002, seção 1, p. 11. 2 2 subestima as evidências de conflitos que mobilizam forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país. (BRASIL, 2003).

Consequentemente, é dever da Constituição garantir a educação básica para todos, mas essa garantia é apenas superficial.

A educação do campo, tratada como educação do campo na legislação brasileira, tem um significado que inclui floresta, pecuária, garimpo e agricultura, mas vai além destas ao abarcar pesqueiros, caiçaras, mata ciliar e garimpo.

Além disso, as políticas educacionais reforçam esse entendimento ao considerar o urbano como parâmetro e o rural como adaptação.

Neste parágrafo se discorrerá especificamente sobre o Decreto-lei nº 8.529/46, que regulamenta o ensino primário; o Decreto-lei nº 9.613/46 que estabeleceu o ensino agrícola e as leis de Diretrizes e Bases da Educação e Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo.

O Decreto mencionado anteriormente instituiu uma legislação nacional para o ensino primário, definiu a duração do curso e estabeleceu as disciplinas que passaram a compor o currículo. O curso fundamental com duração de quatro anos tinha como objetivo possibilitar uma formação geral para os alunos, utilizando-se de um currículo com matérias científicas e humanísticas com uma presença mais equilibrada das ciências físicas e naturais, cujo estudo começa na primeira série e na terceira se desdobra em física, química e história natural.

Silva, (1970, p. 33) esclarece sobre as “relações pedagógicas entre currículo, no entanto há uma grande necessidade que se estabeleça relações entre o currículo prescrito oficialmente e as atividades agrícolas”, dessa forma, bastaria garantir a adaptação do programa as necessidades locais, o que significava inserir os alunos nos conhecimentos necessários para o

trabalho na agricultura, como por exemplo em linguagem – redação de cartas, com pedido de informações, etc., relatórios, fichas, resumos, ofícios, convites, observações diversas relativos a atividades específicas do clube e das demais instituições a ele relacionadas. Em matemática – medição e avaliação de área de terrenos, traçados de canteiros, cálculo de distâncias entre as mudas na horta, no jardim, no pomar, em higiene – hábitos de alimentação, higiene das mãos após o trabalho na terra, os germes nela encontrados e que nos causam doenças, etc. Em desenho e artes aplicadas – aproveitar motivos típicos para as mais variadas aplicações.

Os componentes curriculares ministrados no ensino primário do meio rural deveriam abordar a questão agrícola para despertar nos alunos o interesse pelo trabalho na agricultura; o currículo envolvia questões relativas a todo o processo de produção, desde o plantio até a comercialização do produto final. Esse currículo visava atender o desenvolvimento do campo por meio da renovação das técnicas de trabalho e produção, de acordo com os objetivos extensionistas.

A promulgação da Lei Orgânica do ensino agrícola com Decreto-lei nº 9.613/46, veio também logo após o fim do Estado Novo<sup>2</sup>, com o objetivo de alinhar profissionalmente os trabalhadores da agricultura (Art. 1º). Para alcançar tal propósito, deveria atender aos interesses de formação técnico-profissional dos agricultores, contribuir no fortalecimento dos estabelecimentos agrícolas e no desenvolvimento da economia nacional, conforme especificado no Art. 2º:

O ensino agrícola deverá atender: 1. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana. 2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra. 3. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. (BRASIL, 1946, p.1).

Conforme mencionado, o ensino agrícola ficou organizado em dois ciclos básicos de formação: o primeiro com duração de quatro anos era formado por dois cursos, a saber: Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola. O segundo ciclo tinha duração de três anos e oferecia duas modalidades de cursos: Agrotécnico e o Agrícola Pedagógico; ambos ministrados em escolas agrotécnicas.

As leis escolares propõem adaptar a escola à vida rural. Todos os conselhos pedagógicos - rurais ou urbanos - devem ser instituídos de acordo com a lei de Diretrizes e Fundos da

---

<sup>2</sup> Período da Era Vargas que se iniciou em 1937 e terminou em 1945 e que ficou caracterizado por seu caráter ditatorial.

educação Nacional (1996) e as Diretrizes Operacionais da educação Básica Rural (2001), sempre de acordo com a realidade.

#### **4 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO**

A Educação do Campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo localizado em espaços da floresta, da agropecuária, das minas e da agricultura. Além de espaços pesqueiros, populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. É destinada às populações rurais nas diversas produções de vida já citadas, assim como a educação para comunidades quilombolas, em assentamento ou indígena.

Então, sobre a construção do conceito da Educação do Campo, considera Fernandes e Molina:

Educação, cultura, produção, trabalho, organização política, e mercado. São concomitantemente interativos e completivos. Elas não existem em separados. Educação não existe fora do território, assim com a cultura, a economia e todas as outras dimensões. (FERNANDES, MOLINA, 2005, p. 57)

São inúmeros desafios vivenciados pelos profissionais do campo, sem deixar de ressaltar os desafios que os moradores e estudantes vivenciam a cada dia, história de luta e superação que ao longo do tempo possibilitou algumas conquistas a fim de ganhar reconhecimento. Dentro deste aspecto é direcionado ao principal protagonista que é a escola, em seu sentido mais amplo, enfrenta acentuados problemas de qualidade e não alcançou patamares desejáveis de democratização, a educação rural é uma ideia definida pelas elites rurais, uma vez que entendemos que cada classe social procura impor a sua educação a fim de manter o status, para os sujeitos do campo.

Hage (2005), contribui com sua fala quando menciona que:

Uma educação veicula uma concepção “urbano-cêntrica” de vida e desenvolvimento, a qual dissemina um entendimento generalizado de que o espaço urbano é superior ao meio rural, de que a vida na cidade oferece o acesso a todos os bens e serviços públicos, de que a cidade é o lugar do desenvolvimento, da tecnologia e do futuro, enquanto o meio rural é o lugar do atraso, da ignorância, da pobreza e da falta de condições mínimas de sobrevivência. / Uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os educandos trazem de suas experiências e de suas famílias. Uma educação que desvaloriza a vida do campo, diminuindo a autoestima dos educandos e descaracterizando suas identidades. Uma educação que fortalece o ciclo vicioso que os sujeitos do campo realizam: “de estudar para sair do campo” ou “de sair do campo para estudar”, fortalecendo o processo de migração campo-cidade. Uma educação que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludentes. (HAGE, 2005, p. 55)

Em quanto escola do campo não dá para olhar e enxergar um único problema. Por isso, os movimentos sociais têm defendido uma política nacional de educação do campo e políticas públicas para tentar minimizar toda essa problemática. Há uma afirmação forte de que é importante ter infraestrutura. Claro que sim, mas é importante ter escolas de fato. Percebemos que, cada vez mais, a escola do campo está sendo renegada à ‘não-necessariedade’ na sociedade. São 76 mil escolas no país, muitas delas não têm infraestrutura, muitas delas não têm energia elétrica. Dados do PRONA campo mostram isso. Há um conjunto grande de ausências. Nenhuma política pode ter um olhar único sobre a escola do campo. (FONEC, 2012)

Educação do Campo pode ser compreendida como:

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002; p.26).

A educação rural vai se constituir numa ação “compensatória”, pois “trata os sujeitos do campo como incapazes de tomar suas próprias decisões.” Entende que esses “são sujeitos que apresentam limitações, em função das poucas oportunidades que tiveram em sua vida e do pouco conhecimento que tem.” (HAGE, 2005, p.14.)

Diante do exposto, considerou-se como os desafios da educação do campo: políticas públicas; formação de professores; implementações de projetos voltados para as comunidades; construção de escolas no campo; localização – geralmente o acesso é bem precário por conta da ausência de estrada, além disso existem fatores que contribuem para ampliar as dificuldades existenciais na escola do campo, o momento atual trouxe novos desafios em relação à educação, mas sem dúvida a maior dificuldade é garantir uma educação de qualidade para os alunos do campo, poder-se-ia enumerar vários motivos aqui, localização, dificuldade financeira, falta de conhecimento tecnológico dos pais e baixa renda.

As escolas do campo figuram e desempenham um papel muito importante na garantia dos direitos das comunidades em que vivem. O modelo de educação rural, que ainda hoje está presente em várias escolas, reproduz a cidade-estado como ideal a ser conquistado, colocando o campo como algo inferior. Os professores, além das diferenças já presentes nos níveis de aprendizagem, seguem diferentes níveis de ensino na mesma turma como as salas multisseriadas que é um dos desafios mais importante para as escolas do campo. (COSTA, 2020).

No entanto um dos mais difíceis desafios foi durante a pandemia do Covid-19, quando iniciou as aulas em EAD<sup>3</sup>, apesar de saber que muitos dos nossos alunos do campo não tinham acesso à internet, foram criadas estratégias para que não ficassem sem acesso as aulas, embora as preocupações do não contágio do Covid-19, se entendeu que essa era a única alternativa no momento, não se deixou de pensar o quão excludente era este modelo de ensino para a educação do campo. Então, com tamanha dificuldade foi repensado uma forma de colocar o aluno na “escola”, sabendo que a maioria deles não possuíam acesso à internet ou à tecnologia necessária para participar das aulas, muitos estavam sobrecarregados em termos de idade e ano e por isso tem sido trabalhado de maneira diferente de acordo com suas especializações e necessidades.

Diante dessa situação, os professores começaram a deixar atividades semanais na escola para que os alunos pudessem pegar e responderem em casa, após isso, deixar na escola para que os professores pudessem corrigir, e conseqüentemente assim foi feito durante o período da pandemia.

Esse foi um dos grandes desafios, sem contar com alunos que não compareciam para pegar o material e ficaram ausentes nesse período, o que pode resvalar em conseqüências negativas no aprendizado.

Sobre esse desafio, considera Martins e Almeida:

Desafios que se botam aos professores no contexto de intensa mudança provocada pela pandemia de Covid-19. Isso tem resultado em muitas mudanças de perspectivas e práticas de ensino por meio do ensino a distância em 2020, a associação Mundial da saúde (OMS) declarou uma nova pandemia de coronavírus. Diante desse panorama de riscos à saúde pública, o Brasil e o mundo têm adotado diversas medidas preventivas, que têm comprometido diversas áreas da sociedade inclusive a educação. (MARTINS, ALMEIDA, 2020, p. 07)

Tendo em vista esses e outros pressupostos que contemplam os desafios da prática docente dos professores que atuaram nas escolas do campo durante a pandemia e em outros momentos. As estratégias adotadas para que esse formato de ensino permaneça ativo, bem como para que alunos sem acesso à internet possam realizar as atividades propostas sem prejuízo do processo de ensino, é muito importante para a construção de uma educação de qualidade e igualitária.

---

<sup>3</sup> Ensino a Distância.

## **5 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL CAMINHO DO SABER EM CODÓ-MA**

### **5.1 Caracterização do local pesquisado**

Embora o Brasil tenha sua origem predominantemente agrária, só recentemente surgiu a preocupação com a Educação no Campo. Numa perspectiva urbana cêntrica, as políticas públicas de educação chegaram ao campo como uma extensão do modelo de escola urbana para o campo.

No Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), percebe-se um direcionamento para educação do campo, onde o mesmo destaca a necessidade de os sistemas de ensino realizarem as devidas adequações às peculiaridades da vida rural e de cada região em relação aos conteúdos curriculares, metodologias e organização escolar.

No entanto, percebe-se que a Educação no Campo vem enfrentando grandes desafios no que diz respeito a classes multisseriadas e a uma educação contextualizada que atenda as reais questões dos estudantes que vivem no campo.

A *Escola Caminho do Saber* no município de Codó – MA é uma instituição de ensino que atende os alunos da zona rural: com Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, cujo objetivo é educar os alunos e prepará-los para o ambiente social e educação continuada.

Os professores desta instituição de ensino são dedicados ao seu trabalho e interessados no processo educacional de seus alunos, porém percebe-se a necessidade de um maior apoio familiar, pois tem uma considerável parte dos pais e responsáveis que não acompanham a vida escolar dos filhos e isso dificulta o desenvolvimento de uma metodologia de ensino, muitos alunos se desinteressam.

A estrutura física da escola precisa melhorar, contém um ambiente com 02 salas de aula, 02 banheiros, 01 secretaria, 01 dispensa e 01 cozinha. Em relação às turmas a escola possui 1 sala de Educação Infantil ao 2º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais) multisseriadas; 1 turma de 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais); 1 turma de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental (anos finais); 1 turma de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental (anos finais), ambas multisseriadas.

Com relação aos docentes, tem 1 professor de Pré-escolar ao 3º ano, 1 professor de 3º ao 5º ano e 1 professor HP (Horário Pedagógico) e 3 professores do 6º ao 9º ano e 1 professor da EJAI<sup>4</sup>.

A escola funciona em três períodos: manhã, tarde e noite, tem cerca de 270 alunos. Todos os professores têm formação superior em licenciatura e alguns têm pós-graduação. O planejamento é realizado bimestralmente com a participação de coordenadores pedagógicos e professores.

## **5.2 As dificuldades e potencialidades pela Escola Campo Caminho do Saber**

A pesquisa em campo é uma atividade muito importante para o desenvolvimento da educação, pois é através dela que o aluno consegue ter um conhecimento mais amplo da realidade em que ele está inserido, uma vez que a escola é o espaço de socialização do aluno, onde ele aprende várias coisas que não aprenderá em nenhum outro lugar, a escola tem a função de envolver os alunos na educação, de forma que possam ter um bom desempenho na vida. O campo é um lugar muito importante para a educação, pois é através dele que o aluno consegue ter um conhecimento mais amplo da realidade, uma vez que a escola é o espaço de socialização do aluno, onde ele irá aprender várias outras coisas importantes para sua vivência.

O acesso à escola *Caminho do Saber* é dificultado pela estrada que se encontra com pouca estrutura de tráfego para transeuntes que a utilizam, possui quatro pontes que interligam a estrada até a escola, mas três delas estão danificadas, por isso há a necessidade da utilização de desvios que foram feitos ao lado dessas pontes, dificultando a acessibilidade dos professores e alunos até a escola, principalmente na época de chuva.

Sobre a estrutura da escola, há necessidade de investir em: sala de professores, biblioteca, mais salas de aula, pois há somente duas e as mesmas multisseriadas; é necessário a construção de uma quadra poliesportiva para os alunos praticarem suas atividades físicas, terem momentos de socialização e apresentação de projetos; construção de laboratório de informática; a internet ainda é pouco acessível aos docentes e discentes da instituição, há necessidade de

---

<sup>4</sup> Educação de Jovens, adultos e idosos que no município de Codó teve o idoso reconhecido como Sujeito de Direito a partir do Parecer nº 001/2017 CME (31.05.2017) e passou a ser reconhecida pela sigla EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos).

recursos áudios visuais, como data show, notebook, aparelho de TV para ministrar aulas diferenciadas e uma impressora.

Foi inviável a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois não se teve acesso a esse documento, a informação que se obteve foi que ainda não havia sido construído. Esse documento é de fundamental importância em uma instituição de ensino, considerando-se que o PPP é uma ferramenta que auxilia a gestão escolar, oferece condições para que a escola se organize, consiga identificar os desafios a serem superados e coloque em prática as estratégias para alcançar seus objetivos. É um documento que garante uma proposta para orientação de práticas educacionais, estabelecendo os objetivos do ambiente educacional, que pode incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa no mesmo, bem como a concepção de educação que regem a instituição e os projetos a serem desenvolvidos a partir das concepções de educação que possui.

O êxodo rural é um fator que contribui tanto para a evasão escolar quanto para a redução de alunos matriculados na escola, além de ocasionar o despovoamento do campo. Outros fatores relevantes e desafiadores a educação do campo são as salas multisseriadas, a falta de políticas públicas voltadas para essa área e a ausência das famílias na escola.

Sobre a alfabetização dos alunos se nota que a maioria não sabe ler e isso dificulta o trabalho dos professores em sala de aula, principalmente os professores do 6º ao 9º ano onde os alunos já deveriam estar alfabetizados e com boa fluência em leitura.

O projeto executado durante o ano letivo na *Escola Caminho do Saber* tem relevância para que a comunidade escolar possa desenvolver suas habilidades como: análise crítica, senso estético, inteligência emocional, empatia, comunicação, raciocínio lógico e autonomia, assim a escola busca um olhar muito mais abrangente sobre esse aluno, no parágrafo seguinte iremos citar alguns projetos realizados na escola *Caminho do Saber* durante o ano letivo de 2022.

***Projeto de Leitura*** - *A leitura e a escrita são hoje um dos maiores desafios para as escolas, pois quando estimuladas de forma criativa, permitem a redescoberta do deleite da leitura o uso da escrita em contextos sociais e a inclusão da criança no mundo letrado. Com o objetivo de despertar o gosto e prazer pelo mundo da leitura, trabalhar com gêneros literários diversos, possibilitando ao alunado a aquisição de competências leitoras, aproximar o aluno do universo escrito e dos portadores de escrita para que possam manuseá-los, reparar na beleza das imagens.* (RODRIGUES, 2022)

Freire define leitura como:

O ato de perceber e atribuir significado conectando fatores pessoais com tempo, lugar e circunstâncias. Entender é interpretar uma percepção sob a influência de um determinado contexto. Esse processo permite que uma pessoa compreenda a realidade. (FREIRE, 2006, p. 22).

A leitura do ponto de vista de Freire (2006), vai além dos códigos linguísticos; eles devem ser entendidos em seu verdadeiro sentido. O ato de ler e entender, interpretar e comparar o que o autor apresenta através do texto. A prática diária da leitura de diferentes textos em sala de aula, envolvendo atividades lúdicas, fomenta o hábito e o prazer pela leitura e é de fundamental importância para a formação do aluno leitor, bem como para o desenvolvimento de outras aptidões fundamentais.

***Projeto do dia das Mães** - O projeto visa trabalhar a importância da convivência família-escola, através da figura fundamental para o contexto familiar, a mãe com principal ênfase na promoção do ensino e aprendizagem de valores que permitirão aos nossos alunos a reflexão sobre a importância da família na sua vida escolar, profissional, pessoal e sociocultural. Além de permitir que as mães compartilhem atividades lúdicas com seus filhos, como declamação de poesias, concurso de dança, competição esportiva de acordo com o ambiente em que vivem. (RODRIGUES, 2022).*

*Ferreira (2002), enfatizou que a aprendizagem baseada na intimidade família-escola é considerada importante para os alunos. “A família é a célula matriz da sociedade, por isso o conceito do que constitui uma família é baseado nela.” A escola deve estar ao lado desse membro, parte do processo social e as famílias devem participar da disseminação de uma educação de qualidade. (FERREIRA, 2002 apud GONÇALVES, 2021, p.28).*

***Projeto Junino** - A festa junina, que acontece no ambiente escolar, promove a integração entre família e professores, pais e filhos e, claro, também dos alunos e o objetivo principal do projeto é enriquecer o conhecimento da turma sobre os costumes das festas juninas. Isso deve ser feito por meio de atividades lúdicas que facilitam a socialização dos alunos. Além de da oportunidade de adquirir conhecimento histórico, geográfico e cultural sobre a origem da festa e sua relação com a sociedade brasileira. (KALICHESKI, 2008)*

O discurso rural tem essencialmente feito da ligação dos paisanos com o campo o principal objetivo da educação nas escolas do campo. Tudo começou com o fato de o caipira não estar integrado aos modernos sistemas de produção. Assim, a tarefa da escola é educar o aluno “incivilizado”, mudar sua forma de pensar e capacitá-lo para integrar-se no processo de produção no campo. Segundo os professores que seguem

essa tendência, a emigração para a cidade sempre teve um caráter negativo (ABRÃO, 1986, p. 34)

Conforme a leitura feita a partir de Chiavenato, (1993), entendeu-se que as festas juninas, tornaram-se uma das formas de inserção e diálogo da instituição escolar na comunidade para a qual ela existe. Em algumas cidades, as escolas são atualmente os únicos locais onde ainda se comemoram as festas juninas, já que até desapareceram de muitos clubes.

**Projeto Folclore Brasileiro** – *O folclore é uma das características centrais da nossa identidade nacional. Assim, os alunos desenvolvem um senso de origem, pertencem a grupos sociais mais extensos e edifica identidades ao se tornar cidadãos que reconhecem os valores e princípios positivos da cultura brasileira. Com objetivo principal de transmitir conhecimento do folclore brasileiro, identificando suas características e valores.* (FERNANDES, 2018)

*A partir do conhecimento internalizado pelas vivências do meio social aliado ao que é formalmente ensinado em sala de aula, os conceitos e saberes do meio cultural podem ser aprofundados, transformados ou reelaborados.*

*O livro Civilização Popular e Educação (BRASIL, 2008, p. 33) destaca que “todo ser humano é o eixo das interações ensino-aprendizagem”. Assim, em qualquer caso, cada pessoa é, em si mesma, uma fonte original de conhecimento e sensibilidade.* (BRASIL, 2008).

**Projeto 7 de Setembro - O Dia em que se comemora a nossa Independência**, *é de suma importância trabalhar com o estudante seu significado histórico para cada brasileiro, político e sociais; bem como a relevância da data para o cenário nacional. Com objetivo principal de regatar os valores cívicos da nossa sociedade, conscientizando sobre a importância da democracia em nossa nação.* (SILVA, 2023)

Trabalhar com projetos oportuniza aos professores a inovação de diferentes métodos de aprendizagem, adaptando-os à realidade da sala de aula e do dia a dia dos alunos. Projetos como esses que foram realizados na *Escola Caminho do Saber* na Zona rural de Codó-MA, contribuem para tornar a aprendizagem significativa, proporcionando uma interseção entre as áreas do conhecimento. Esta é uma maneira divertida de aprender. Nogueira contribui quando afirma que: “Se pretendemos que os alunos continuem sendo eternos aprendizes, precisamos instrumentalizá-los com procedimentos que coloquem à prova e desenvolvam sua capacidade de autonomia, e os projetos parecem também ser meios para isso”. (NOGUEIRA, 2008, p.53).

No entanto essa autonomia decorre da mediação, entre professor e aluno em que o mediador analisa as conquistas do aluno suas sugestões e as ideias geradas e intervém quando

necessário, pois o professor também é um ser envolvido e importante na elaboração do projeto que acontecerá em caminho comum em cada procedimento a ser realizado, tornando o aluno um ser social em busca de perspectivas de futuro.

Para que essa metodologia possa se concretizar é importante que o professor busque caminhos com estratégias inovadoras e facilitadoras para que haja participação efetiva da comunidade escolar, assim sua contribuição será significativa para a formação dos alunos.

Trabalhar com projetos pode ser uma solução eficaz na busca de novas metodologias, principalmente se forem construídas e pensadas com os alunos é uma forma divertida de desenvolver o aprendizado e dar sentido a ele.

O trabalho com projetos se bem pensado, discutido e conduzido, pode incluir as operações básicas de aquisição do conhecimento, gerando uma transformação qualitativa e quantitativa no desenvolvimento do aluno tanto cognitiva quanto socialmente. Conseqüentemente, é preciso ter um objetivo, o professor deve estar ciente do que vai trabalhar e, principalmente, quais conceitos, procedimentos e atitudes deseja desenvolver no aluno durante o projeto.

O papel do aluno em um projeto escolar deve trespassar de passivo a ativo e construtor de seu conhecimento, podendo ir além do tema proposto, pois, ao se envolver ativamente, aprende melhor, pois está em contato direto com os objetos e isso significa, uma maneira divertida. Os projetos devem ser edificados junto com os alunos para que eles possam realmente conhecer a realidade da escola e assim se beneficiar de uma aprendizagem significativa.

A Educação do Campo é uma proposta de educação que tem como principal objetivo atrair os alunos para contribuírem com projetos voltados para escola, assim o desenvolvimento crítico e consciente dos alunos da educação do campo seja significativo para cada um, em especial os jovens. A Educação do Campo é, portanto, uma educação popular, de base, que tem como objetivo tornar a população do campo crítica, consciente e consciente de suas reais necessidades.

A Educação do Campo é uma educação crítica, que não apenas questiona a ordem social vigente, mas também os conceitos de "cultura", "desenvolvimento" e "nacionalidade" aos trabalhadores do campo.

Caldart contribui quando esclarece que:

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local [...]. (CALDART, 2012, p. 259)

Os movimentos sociais buscaram, com a luta na defesa da educação, dar visibilidade às suas demandas, dando visibilidade ao campo e aos sujeitos que vivem nas comunidades rurais. Esse movimento de organização do campo leva em conta a importância do papel social da educação e, por isso, ocupa o espaço da escola como um espaço político.

A Educação do Campo deve ser entendida como um movimento social que se constituiu, a partir da luta travada pelos trabalhadores do campo, com o objetivo de atender às suas necessidades específicas. A referida educação é uma proposta pedagógica que surgiu com o intuito de atender às necessidades específicas dos trabalhadores do campo.

### **5.3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Ser professor nos dias atuais se tornou uma profissão de amor e coragem, graças às inúmeras dificuldades que um professor trespassa durante sua trajetória profissional.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os docentes de escolas públicas municipais e estaduais bem como da rede privada estão entre os que passam o maior tempo de horas ensinando. Ainda segundo a pesquisa, mulheres são maioria dentro do ciclo escolar. (APEOESP, 2011)

A pesquisa foi realizada com cinco professores da Escola *Caminho do Saber* que atuam no Ensino Fundamental I e II, no intuito de visualizar o entendimento sobre seu ponto de vista, cada um dos professores acerca do problema em questão que é os desafios da educação do campo da referida escola.

A seleção de cinco professores foi intencional, tendo em vista que, eles tiveram vários desafios e dificuldades relacionados à escola, a abordagem deste tema teve como objetivo identificar quais dificuldades existenciais os professores e alunos têm e o que fazer para melhorá-las.

Através da pesquisa procuramos compreender a opinião dos professores arguidos a respeito das indagações postas nos questionários, bem como a utilização dessas informações que nos ajudarão a refletir um pouco sobre os desafios da educação do campo na Escola *Caminho do Saber*. Assim, de forma geral, optou-se em analisar as respostas que foram mais evidenciadas no questionário, ou seja, que mais se repetiram entre os professores. Sendo que na primeira pergunta do questionário, cem por cento dos professores tiveram a mesma opinião; na segunda pergunta ela foi analisada de acordo com as respostas de sessenta por cento dos professores; na terceira pergunta foi analisada de acordo com as respostas de oitenta por cento dos professores; na quarta foi analisada de acordo sessenta por cento dos professores e quinta pergunta foi analisada de acordo com oitenta por cento dos professores.

No entanto para obtenção dos resultados e discussão se discorreu sobre as respostas dos interlocutores quando questionados. Em relação à primeira pergunta que se refere ao entendimento sobre a temática, as respostas foram parecidas, como: *“Na minha concepção a educação do Campo é um estilo de educação voltada para a realidade dos alunos, bem como suas necessidades e que seja baseada na cultura, tradições, nos conhecimentos e, principalmente, esteja voltada para o dia a dia do homem do Campo”*

Kolling, Cerioli e Caldart, (2002) contribui sobre a educação do campo:

Por Uma Educação do Campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade: uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p19).

Conforme os interlocutores foram sendo questionados a contribuírem com o resultado desta pesquisa, obteve-se algumas respostas relevantes para que assim fosse construído os resultados e discursões. Abaixo segue algumas respostas dadas pelos interlocutores.

A segunda pergunta foi sobre: A escola *Caminho do Saber* pode ser considerada uma escola que baseia sua prática e metodologias pedagógicas na concepção da Educação do Campo? Porque?

Os professores contribuíram com a seguinte resposta: *“Não, pois a escola não dispõe de um Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>5</sup> que norteie as atividades pedagógicas educacionais de seu quadro docente e o que se percebe é um ensino ministrado com parâmetros voltados*

---

<sup>5</sup> É um documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes de uma escola. Ele deve ser elaborado obrigatoriamente por toda instituição de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

*para a realidade das zonas urbanas ao invés da realidade dos moradores da zona rural, fato que pode ser observado na maioria das escolas das comunidades rurais da cidade de Codó. Por outra parte esse conhecimento é voltado para a realidade urbanista e por outra parte esse conhecimento ainda é baseado pelos livros didáticos no qual esse conhecimento não está baseado na realidade e necessidades dos alunos.”*

Com relação aos grandes desafios enfrentados pelos professores, foi questionado sobre os principais desafios enfrentados durante o ano letivo, foi obtido a seguinte resposta: *“primeiramente, como desafio enfrentado pelos professores na escola Caminho do Saber, pode ser citado a falta de um Projeto Político Pedagógico (PPP).*

*O acesso à escola, visto que, a situação da estrada que dá acessibilidade a escola é precária, cheia de buracos, pontes com péssimas condições estruturais e quebradas, sendo que em duas pontes há a necessidade de usar um desvio para não correr o risco de passar pelas pontes e cair, por conseguinte, tem-se a falta de estrutura da escola, pois as salas são multisseriadas com superlotação de alunos com faixa etária de diferentes idade, não tem biblioteca que possam facilitar os estudos, já que a escola também não oferece internet, quadra esportiva, sala de professores, laboratório de informática, não tem computadores para professores, e recursos áudios-visuais, como Datashow, aparelho de TV para ministrar uma aula diferenciada, assim como outros recursos que podem ser ofertados e são escassos na escola.”*

Os desafios enfrentados pelos professores em consonância com a infraestrutura da escola, gera inúmeras dificuldades de acesso à aprendizagem. Segundo SATYRO E SOARES (2007, p.07) *“isso afeta diretamente a qualidade da educação”*. Prédios e instalações inadequadas, falta de bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios, falta de livros didáticos, materiais de leitura, relação inadequada entre o tamanho das turmas e o número de alunos são problemas que afetam diretamente o desempenho dos alunos.

Ainda em conformidade ao parágrafo anterior em questionamento referente à percepção do (a) professor (a), quais elementos que colaboram ou dificultam a aprendizagem dos alunos. Embora a maioria dos docentes citem a falta de estrutura de insumos escolares são entendidos como infraestrutura de todos os tipos número médio de alunos por turma, número de horas / aula, a necessidade da formação continuada de professores, construção e melhoria das instalações escolares, existência de biblioteca ou sala de leitura, entre outros aspectos positivos. *“O tema do apoio familiar tem um impacto importante na aprendizagem dos alunos”*. (SATYRO; SOARES, 2007, p.09)

As respostas dos professores contribuíram na medida em que suas vivências com a sala de aula na educação do campo apresentou a realidade, como por exemplo, quando ressaltaram suas vivências com as salas de aulas multisseriadas, cujos alunos estão em níveis distintos de aprendizagem, mas são instruídos pelo mesmo professor e ficam juntos na mesma sala de aula. Essa situação não ajuda para um processo de ensino-aprendizagem satisfatório.

A maioria dos alunos não se concentra no conteúdo ministrado porque eles não sabem se prestam atenção no conteúdo da série em que estão ou no conteúdo dos outros alunos, e também a questão das aulas não serem ministradas com os conteúdos baseados na realidade deles, o que torna a aula pouco atrativa, partindo do pressuposto que você aprende o que lhe desperta interesse, outro fator é a falta de uma biblioteca e meios interativos (internet), principalmente agora com o avanço dos meios tecnológicos e de textos multissemióticos.

Como você avalia a estrutura oferecida pela escola, o questionamento feito para os professores resultou na seguinte resposta: *“de 0 a 10, daria uma nota 7, pois como já falamos ainda falta ampliar a estrutura da escola, como construir mais duas salas de aulas, uma biblioteca, uma quadra para atividades esportivas ou pedagógica, construção de uma sala de professores e um laboratório de informática”*.

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 205 afirma que: “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996, p.124)

Segundo Miranda (2016), frequentemente, carecem de material didático, espaço escolar adequado e, se o fazem, não têm espaço suficiente para utilizar. Assim, é necessário que o ambiente escolar tenha uma estrutura adequada, para que se desenvolva uma educação de qualidade que promova as relações sociais, estimule e proporcione uma melhor aprendizagem (MIRANDA et al, 2016).

Todas essas questões podem contribuir negativamente “pois, além da questão visual, da aparência da sala de aula, há a questão de disponibilização de recursos didáticos”, que muitas vezes as escolas não têm, e quando tem, não há espaço adequado para utilização. (MIRANDA et al 2016, p. 2)

É necessário que as escolas tenham ambientes estruturados para que possam suprir as necessidades de adequação escolar, qualidade de ensino com competência profissional do docente. Com relação a toda essa problemática, interlocutores como Buffa e Pinto (2002) citam

que “erros ocorrem na construção de escolas desde seu projeto arquitetônico até sua operação, como má localização, alta exposição a ruídos e proximidade de vias.”

Todos esses estudos demonstram o mesmo propósito: a necessidade de melhorias no sistema de ensino, principalmente no que diz respeito à infraestrutura, pois, pelo que foi mencionado nas controvérsias propostas neste estudo, é o que mais interfere no bom funcionamento das escolas, que muitas vezes possuem uma equipe excelente, um bom trabalho pedagógico, mas as condições físicas acabam não contribuindo positivamente para esse processo.

Quanto ao funcionamento, não possuem nada que chame a atenção, pelo contrário, muitas vezes causam repulsa devido ao seu aspecto interno e externo, pois possuem espaços pequenos e não propiciam maior circulação de fluxos de alunos, professores e funcionários, bem como não possuem boa iluminação ou boa ventilação.

Espaços como esses mencionados no parágrafo anterior são de fundamental importância, pois são vistos como extensão da sala de aula e que segundo Fonseca (2014, p. 121) “[...] mais receptivos para interagir uns com os outros”. Assim buscam trocas de conhecimento e aprendizagem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto, o presente trabalho visa apenas apresentar algumas inquietações e reflexões sobre a temática, os desafios da educação do campo na escola *Caminho do Saber* na zona rural de Codó – MA, em perspectiva histórica sobre as possibilidades do que tradicionalmente se chama de “educação do campo”. E por isso se caracterizou o descaso e a hegemonia do Estado brasileiro com a educação da população rural. A maioria deles são trabalhadores que vivem lá.

Sugestões para discutir temas voltados para "os desafios da educação do campo " é razoável. Porque entendemos que a educação do campo é feita por e para as pessoas que vivem no campo. É bastante compreensível que a escola é tida como um lugar onde se edifica o conhecimento a socialização para a cidadania. Falar em educação do campo, deve-se entender que será diferenciada, pois uma vez que as dificuldades são vistas como falta de políticas públicas e não como um simples mero descaso.

A escolha do tema foi intencional, tendo em vista que a vivência no campo como docente é nítido o descaso e com isso fica evidenciado a falta de recursos e propostas pedagógicas, além de estarem desconectadas das necessidades reais da população camponesa e das condições materiais e objetivas do campo. Compreende-se essa omissão como um desdobramento da luta de classes que moldou a história que emerge das contradições sociais que aparecem nas relações de produção do capitalismo. Diante disso, foi apontado também neste texto o que se considerou ser o avesso desse processo, a organização desses excluídos em movimentos sociais por meio dos quais discutem e desenvolvem propostas de projetos educacionais que melhor os atendem.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de fundamental relevância para construção dos dados obtidos, bem como, o questionário aplicado diretamente aos docentes, em que foram obtidos resultados e interpretações dos dados. A partir da pesquisa bibliográfica com ênfase nos questionamentos como: os desafios da educação do campo e também com relação a concepção da educação do campo no ponto de vista geral, a escola *Caminho do Saber* pode ser considerada uma escola que baseia sua prática e metodologias pedagógicas na concepção da Educação do Campo? Porque, um dos outros questionamentos foi sobre os principais desafios enfrentados durante o ano letivo, quais elementos que colaboram ou dificultam a aprendizagem dos alunos e como você avalia a estrutura oferecida pela escola. Esses foram alguns dos pontos principais para que essa pesquisa tivesse êxito durante os resultados, além de tópicos descritos nesta

pesquisa: os desafios da educação no/do campo, as dificuldades e potencialidades da escola campo, as contribuições e os desafios existentes na *Escola Caminho do Saber*.

Os objetivos que nortearam a pesquisa foram: Geral e Específicos. Quanto ao objetivo geral desta pesquisa foi identificar os desafios da educação do campo na escola *Caminho do Saber* na Zona Rural de Codó-MA.

Seguindo dos objetivos específicos teve como base as dificuldades e desafios enfrentados pelos docentes e discentes, buscar na base de dados interlocutores que discutem sobre a educação rural, detectar as potencialidades da escola *Caminho do Saber*, identificar as oportunidades e desafios apontados pela comunidade escolar e analisar as contribuições e problemas presentes na escola.

Com esses objetivos alcançados ficou evidenciado que a escola do campo necessita de um novo olhar. Não dá para olhar a escola do campo e ver apenas um problema. Por isso, os movimentos sociais apoiam políticas nacionais de educação do campo para que assim eles tenham o mesmo direito que as escolas urbanas têm.

Para um contexto amplo em relação aos resultados obtidos nesta pesquisa sobre as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente é enfatizado o acesso que também afeta a aproximação do aluno à escola e com isso é gerado um quadro de evasão corriqueira, além da evasão, um dos muitos problemas relacionado a escola *Caminho do Saber* é a falta de infraestrutura escolar, sabe-se que é importante ter um local acolhedor, embora falte na escola material didático, o que mais influencia nessa dificuldade é falta de atenção por parte do poder público. Diante disso ficou perceptível que a sociedade cada vez mais nega que as escolas do campo sejam "desnecessárias".

Diante da exposição do contexto nota-se a relevância da estrutura física das escolas para boas interações, vivências, práticas e, para uma boa aprendizagem dos alunos. Consequentemente, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que possam auxiliar desde a escolha da localização da escola até o seu funcionamento. Também é importante que os profissionais da educação sejam ouvidos para que possam expor seus anseios e suas inquietações. Professores e alunos da comunidade rural escolar sonham com uma educação que atenda às necessidades da comunidade, que possam ser respeitados e integrados aos seus direitos como cidadãos.

Considerando que esse fator tem relevância para o desenvolvimento da escola rural, foi possível constatar que ao longo da narrativa da educação brasileira, a educação do campo tem sido negligenciada pelo Estado e seus representantes, falta de estradas; não tem transporte

escolar adequado; não tem salas de aula confortáveis; não tem material didático (lápiz, caneta, papel, mesa, cadeira, bolas, etc.); faltam atividades culturais e esportivos e muitas escolas foram fechadas e esse problema contribui para um desconforto educacional. E foi possível constatar que no meio rural, os fatores citados se manifestam com mais ênfase. Como sinal de uma educação liberal, historicamente a maior parte da humanidade esteve à margem do processo educacional.

Deve ser levado em consideração como importante fator contribuinte para desafios e dificuldades do professor, é a necessidade de espaços para além da sala de aula, em que as relações sociais sejam intensificadas nos momentos em que os alunos não ocupam o espaço da sala de aula e, assim possam utilizar esses espaços para desenvolver diversas competências e aptidões. Contribuindo assim para uma melhor compreensão da sua identidade e cultura. Dessa forma, os alunos são capazes de criar uma aprendizagem significativa e integrada com seus residentes e desenvolvimento profissional. Expressar-se melhor por meio de experiências em sociedade e tornar-se o protagonista de suas vidas.

A partir das leituras e controvérsias das obras e das experiências como autores e pessoas inseridas no ambiente escolar, a pesquisa confirma a hipótese levantada a partir das inquietações pertinentes, evidencia-se diante dessa conclusão que todos os sujeitos que fazem parte desse ambiente, que não possuem as condições ideais para a efetivação do ensino-aprendizagem, tenham consciência da realidade em que se encontram e se comprometam na busca do objetivo de reivindicar uma escola que ofereça espaços propícios à aprendizagem e ao aprimoramento significativo das práticas escolares. Para que se respondesse todos os questionamentos dessa pesquisa, a participação dos interlocutores foi importante para a análise e resultados dos dados só assim chegamos ao propósito dessas inquietações sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores do campo.

Diante dos resultados adquiridos através da pesquisa de campo se conclui que os objetivos propostos foram alcançados, porém há uma necessidade de modificação nas metodologias de ensino atuais para uma aproximação do conhecimento real dos alunos.

A proposta é que este trabalho sirva de subsídios para novas reflexões sobre as práticas adotadas pelo poder público, sobre os direitos dos alunos da zona rural, dos professores que deve atentar a esta problemática assim apontando outras dimensões, posturas durante suas práticas com relação a educação de modo geral.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J.C. **O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural**. Campo Grande, UFMS: 1986.
- ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. Por uma Educação Básica do Campo, n. 2.
- ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis R.J: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel G; CALDART Roseli S; MOLINA Monica C. **Por uma educação do campo**. (Orgs.). 5 ed. –Petrópolis: Vozes, 2011.
- APEOESP - **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo**: 2011.
- BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra Aprende e Ensina: Um estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9394/1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 24/09/2022.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o46.htm). Acesso em: 24/10/2022.
- BRASIL, Ministério da educação-Secretaria de educação à distância. **Cultura popular e educação**. Brasília, 2008.
- BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.
- \_\_\_\_\_, **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm). Acesso em 20 de novembro de 2022.
- \_\_\_\_\_, **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em 11 de outubro de 2022.
- \_\_\_\_\_, **Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 23 de dezembro de 2022.
- \_\_\_\_\_, Resolução CNE/CEB 1/2002 - **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. MEC: Brasília - DF, 2002.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 1/2002. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo.** Brasília MEC/CNE, 2002.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo.** Brasília MEC/CNE, 2003.

BRASÍLIA, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 29 Dez. 2022.

\_\_\_\_\_, **DECRETO-LEI Nº 8.529, DE 2 DE JANEIRO DE 1946.** Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_, **DECRETO-LEI Nº 9.613, DE 20 DE AGOSTO DE 1946.** Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

BUFFA, E; PINTO, G. de A. **Arquitetura e Educação: Organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolas paulistas, 1893/1971.** São Carlos: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória.** In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). Educação e Escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: Identidade, e Políticas Públicas.** V. 4. Brasília: 2002.

CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário de Educação do campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 4. ed. São Paulo: Makron, 1993.

COSTA, Elisangela Luz, **Educação do Campo: os desafios da multisseriação, falta de recursos e pandemia.** Rio Grande do Sul: 2020.

CURY, Carlos R. J. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas constituições.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DAMASCENO, M.N.& BESERRA, B. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas.** Educação & Pesquisa, São Paulo: v. 30, n.1, p. 82, jan/abr. 2004.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. (2002). **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar.** Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, 15(1), 35-44.

FERNANDES, Claudio. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/folclore>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

FERNANDES, Bernardo Maçando. MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo - contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2005.

FONEC, Educação do Campo: **Manifesto à Sociedade Brasileira**. Seminário nacional. Brasília, DF, 2012, agosto.

FONSECA, F. R. da. **Os espaços de lazer: possíveis espaços de aprendizagem para o uso da cidade no tempo/espaço de lazer**. Curitiba- Paraná, 2014. 182f. Disponível em:<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35802>>. Acessado em: 01 de janeiro de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAGE, Salomão. **A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/ 2005.

JACCOUD, L.; CARDOSO JR., J. C. **Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

KALICHESKI, Juliana, **Projeto - Festa Junina**, São Paulo: 2008.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas. Articulação Nacional por uma Educação do Campo**. Brasília: v. 4, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, A; CAVALCANTI, A. L. L. A; DOURADO, A. C.S. **Educar em tempo de incertezas: A implementação do ensino remoto na rede municipal de Floriano-PI**. Dialogia. São Paulo: n. 36, p. 73-85, set/dez. 2020.

MATTOS, Beatriz Helena Oliveira de Melo. **Educação do Campo e Práticas Educativas de Convivência com o Semi-Árido: A escola Família Agrícola Dom Frágoso**. Banco do Nordeste do Brasil. 2011, Fortaleza, CE.

MIRANDA, P. V; PEREIRA, A. dos R; RISSETTI, G. **A influência do ambiente escolar no processo de aprendizagem de escolas técnicas.** In: II Fórum Internacional de Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/article/view/14918>>. Acessado em: 29 de dezembro de 2022.

MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel (orgs.). **Educação do Campo: Reflexões e Perspectivas.** Insular, Florianópolis, SC, 2010.

NOGUEIRA, Edmara. Alteração na LDB 2020 – Corona Vírus. **Os Pedagógicos, 2020.** Disponível em: <<https://ospedagogicosblog.com.br/alteracao-na-ldb-2020-corona-virus/>>. Acesso em: 03 de out. de 2022.

NOGUEIRA, Edmara. **A importância de trabalhar com Projetos Escolares na Educação Fundamental.** São Paulo: 2008, p.53.

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia,** São Paulo: Edição Loyola, 2015.

RODRIGUES, Susanita de Souza. **Projeto Práticas de Leitura e Escrita. Revista Educação Pública,** v. 22, nº 17, 10 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/17/projeto-praticas-de-leitura-e-escrita>

SAVIANI. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. rev. e. amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre: v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Joaquim Moreira de. **Por uma escola melhor. Relatório apresentado por ocasião do 6º congresso nacional de educação.** Fortaleza-Ceará: imprensa oficial, 1934.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Brasília: IPEA, 2007.

SILVA, R. I. T. (1970). **Escola primária rural.** Porto Alegre, RS: Globo.

SANTOS, J. C. F. dos. **Aprendizagem Significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

SILVA, Daniel Neves. **"07 de setembro – Dia da Independência do Brasil";** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/7-setembro-dia-independencia-brasil.htm>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CAMINHO DO SABER NA ZONA RURAL DE CODÓ - MA**

Pesquisador Responsável: Leudson Jorge Privado Diniz

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal do Maranhão

Telefones para contato do Pesquisador: (99)

Nome do (a) voluntário (a):

Idade:

R.G:

O(A) Sr.(<sup>a</sup>) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CAMINHO DO SABER NA ZONA RURAL DE CODÓ - MA**”, de responsabilidade do pesquisador Leudson Jorge Privado Diniz. A pesquisa acima intitulada está sendo desenvolvida com vistas à elaboração de trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – História da Universidade Federal do Maranhão / Campus VII - Codó.

Sua participação na pesquisa: você responderá ao questionário a seguir que constam de questões em sua maioria objetivas sobre assuntos relacionados assunto objeto da pesquisa. É importante que você responda a **TODAS** as questões.

O objetivo da investigação é identificar os desafios da educação do campo na escola Caminho do Saber na Zona Rural de Codó-MA.- o interesse é compreender os desafios da educação do campo para professores, alunos e comunidade, para isso realizamos pesquisa em uma Escola Campo no município de Codó – MA. Com isso, busca-se contribuir com o debate no campo educacional.

O presente estudo tem a finalidade estritamente acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento da temática estudada. Nesse sentido, solicitamos sua colaboração por meio da concessão respostas ao questionário elaborado com 5 questões a ser realizada preferencialmente com uso de respostas escritas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Ressalta-se que será assegurado sigilo total das informações pessoais obtidas por essa investigação e anonimato dos participantes. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a composição desse estudo, eximindo assim a possibilidade de riscos, danos morais ou financeiros aos envolvidos.



Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhuma penalização ou prejuízo. O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Seus direitos como participante: conforme resolução 196/96 – CNS, você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O (s) pesquisador (es) irá (ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Além disso é importante que você saiba que existe um órgão público, o Comitê de Ética da **Universidade Federal do Maranhão** que o protege e garante o direito às decisões acima mencionadas.

Codó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a voluntário/a

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES



### QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES

1. No que se refere à educação do Campo, qual seu entendimento para essa temática?
2. A escola Caminhos do Saber pode ser considerada uma escola que baseia sua prática e metodologias pedagógicas na concepção da Educação do Campo? Porque?
3. Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores da Escola Municipal Caminhos do saber?
4. Em sua percepção, quais elementos que colaboram ou dificultam a aprendizagem dos alunos?
5. Como você avalia a estrutura oferecida pela escola?